

Comitê define programas de governo prioritários para 2022

Qua 15 dezembro

O Comitê Estadual de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (Cemap), formado pela [Secretaria-Geral do Estado](#), [Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão \(Seplag\)](#), [Fundação João Pinheiro \(FJP\)](#), [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais \(Fapemig\)](#) e [Controladoria-Geral do Estado \(CGE\)](#) se reuniu, nesta quarta-feira (15/12), para votar a priorização dos programas que devem integrar o 1º Plano de Avaliação de Minas Gerais - 2022. O grupo considera a agenda de prioridades governamentais e a capacidade técnica e financeira para as avaliações.

Instituído pelo Decreto nº 48.298, de 12/11/2021, que formalizou o Sistema Estadual de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (Sapp-MG), o comitê priorizou os programas nesta ordem: Trilhas de Futuro ([Secretaria de Estado de Educação](#)), Valora Minas ([Secretaria de Estado de Saúde](#)), Minas Amiga do Investidor ([Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico](#)), Percursos Gerais ([Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social](#)), Gestão Ambiental e Saneamento ([Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável](#)), Sistema de Indicadores (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) e Regularização Fundiária ([Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento](#)).

Além da definição de projetos, programas ou políticas públicas que serão avaliadas a cada ciclo, cabe ainda ao Cemap aprovar e acompanhar o Plano Anual de Monitoramento e Avaliação, garantir recursos para realização das avaliações e aprovar o Relatório Anual de Compromisso com o Valor Público.

Os dirigentes das pastas que compõem o comitê estiveram presentes na reunião e foram confirmados como membros: Matheus Simões (Secretaria-Geral), Luísa Barreto (Seplag), Helger Marra (FJP), Paulo Beirão (Fapemig) e Rodrigo Fontenelle (CGE).

Sapp-MG

O Sapp-MG chega para qualificar os processos de formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas. Minas Gerais é o segundo estado que formaliza esse sistema, atrás apenas do Espírito Santo (2017). Outros estados, como Maranhão e Ceará, estão em negociações avançadas em conjunto com as assembleias legislativas.

O Sapp-MG tem como diretrizes a efetividade das políticas públicas, a gestão para resultados, a qualidade do gasto público e a transparência. O sistema leva em consideração o escopo de atuação do Estado definido no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) e os objetivos e as diretrizes estratégicas previstas no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI).

Estrutura

Além do Cemap, compõem o Sapp-MG o Comitê Executivo de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (Comex) e os núcleos setoriais de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas.

Durante a reunião, também foram confirmados os membros do Comex: Armando Moura Júnior e Eduardo Souza Batista (CGE), Yan Vieira e Felipe Magno (Seplag), Marcos Assis, Carla Bronzo e Carolina Imura (FJP).

O presidente da FJP, Helger Marra, destaca o trabalho do órgão no campo de monitoramento e avaliação. "Além da criação do Núcleo Integrado de Monitoramento e Avaliação (Nima), em 2019, temos avançado na construção dessa agenda dentro e fora da instituição, seja ampliando a oferta de formação em monitoramento e avaliação, conduzindo estudos avaliativos para programas no estado e para outras instituições públicas, privadas e sociais, seja produzindo material informativo, além da articulação com o Governo de Minas para promover o sistema de monitoramento e avaliação estadual", conta.

Para a diretora de Políticas Públicas da FJP, Carolina Imura, o Sapp é uma vitória, mas apenas uma das várias necessárias para incorporar, de verdade e com sustentabilidade, a lógica avaliativa no planejamento e na gestão governamental. "Estamos muito felizes porque ele estabelece compromissos concretos para a avaliação dos programas e ações do governo, cria uma estrutura de governança para cumprir esses compromissos. Essa institucionalidade do sistema é muito importante, como vemos nas experiências nacionais e internacionais. Nossa expectativa é que, já em 2022, o governo tenha informações relevantes para a tomada de decisão com base em evidências", comemora.